

## INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

### S INSTITUTIONALIZATION OF VULNERABLE CHILDREN AND ADOLESCENTS

### INSTITUCIONALIZACIÓN DE NIÑOS Y ADOLESCENTES EN SITUACIÓN DE VULNERABILIDAD

Dayse Oliveira Firmino<sup>1</sup>  
Amélia Carla Sobrinho Bifano<sup>2</sup>

#### RESUMO

O Objetivo do presente estudo foi apresentar o estado da arte das produções científicas sobre a institucionalização de crianças-adolescentes em situação de vulnerabilidade. É uma revisão sistemática de literatura no período de 2000-2022, que seguiu o Software StArt. Utilizou-se as bases de dados Scielo, Ebsco host, Medline, obtendo-se 13 artigos que compuseram o presente estudo. Os fatores relacionados à institucionalização de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidades foram: agressão física/ psicológica, abuso sexual, negligencia e pobreza, abandono, órfão, adoção, álcool/drogas, vivencia de rua. Os resultados mostraram também que a pobreza ainda é um dos motivos principais para o acolhimento institucional, ressaltando o uso abusivo de álcool e outras drogas. Por fim, os resultados também apontaram para uma fragilidade do poder público perante a proteção dessas famílias em situação de pobreza e vulnerabilidade social, mostrando a necessidade de se fortalecer as políticas sociais e garantir os direitos da população.

**Palavras-Chave:** Crianças e Adolescentes. Institucionalização. Vulnerabilidades.

#### ABSTRACT

The objective of this study was to present the state of the art of scientific productions on the institutionalization of children-adolescents in vulnerable situations. It is a systematic review of literature in the period 2000-2022, which followed the StArt Software. We used the Scielo, Ebsco host, Medline databases, obtaining 13 articles that made up the present study. Factors related to the institutionalization of vulnerable children and adolescents were: physical/psychological aggression, sexual abuse, neglect and poverty, abandonment, orphans, adoption, alcohol/drugs, street experience. The results also showed that poverty is still one of the main reasons for institutional care, highlighting the abuse of alcohol and other drugs. Finally, the results also point to a fragility of the public power regarding the protection of these families in situations of poverty and social vulnerability, showing the need to strengthen social policies and guarantee the rights of the population.

**Key words:** Children or Adolescent. Institutional Shelter. Shelter.

#### RESUMEN

El objetivo de este estudio fue presentar el estado del arte de las producciones científicas sobre la institucionalización de niños-adolescentes en situación de vulnerabilidad. Es una revisión sistemática de la literatura en el período 2000-2022, que siguió al software StArt. Se utilizaron las bases de datos Scielo, Ebsco host, Medline, obteniendo 13 artículos que conformaron el presente estudio. Los factores relacionados con la institucionalización de niños y adolescentes vulnerables fueron: agresión física/psicológica, abuso sexual, abandono y pobreza, abandono, orfandad, adopción, alcohol/drogas, experiencia en la calle. Los resultados también mostraron que la pobreza sigue siendo una de las principales razones para el cuidado institucional, destacándose el abuso de alcohol y otras drogas. Finalmente, los resultados también apuntan a una fragilidad del poder público en cuanto a la protección de estas familias en situación de pobreza y vulnerabilidad social, mostrando la necesidad de fortalecer las políticas sociales y garantizar los derechos de la población.

**Palabras clave:** Niños y Adolescentes. Institucionalización. Vulnerabilidades.

<sup>1</sup> ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-1007-4705>. E-mail: [dayse.oliveira@ufv.br](mailto:dayse.oliveira@ufv.br).

<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9046-9149> . E-mail: [abifano@ufv.br](mailto:abifano@ufv.br) .

## 1. INTRODUÇÃO

A institucionalização de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar tem uma longa trajetória, sendo que, parte dela, remonta ao período em que o Estado utilizava como medida de proteção ações associadas à contenção social. Este método, com o passar do tempo, passou a ser refletido como prática clientelista de caráter discriminatório, o que suscitou movimentos em prol das políticas garantidoras de proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Com o advento da Constituição Federal de 1998 e do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei 8069/1990, as crianças e os adolescentes, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade social e pessoal, passam a ser reconhecidas como sujeitos de direitos, devendo o Estado, a família e a sociedade assegurarem a elas, seus direitos fundamentais. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem como objetivo principal, assegurar condições para um desenvolvimento físico, mental, moral e social, condizentes com os princípios constitucionais da liberdade e da dignidade humanas, além de preparo para a vida adulta em sociedade, enfatizando o direito à convivência familiar e comunitária.

Entretanto, somente no ano de 2004 estabeleceu-se, na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a tipificação dos serviços sociais a serem ofertados para o atendimento à criança e ao adolescente em medida protetiva. Estes serviços podem ser ofertados em três modalidades, a saber: abrigo institucional; casa lar e república. A institucionalização pode ocorrer por determinação do Conselho Tutelar ou de uma autoridade judiciária, podendo ser permanente e também transitória. O objetivo é sempre o mesmo, afastá-los da situação de violência impingida em família.

Os serviços de acolhimento institucional são indicados para acolher e proteger crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados, no âmbito da família. É o que se denomina comumente, a “problemática familiar” e pode ocorrer por diversos motivos, como por exemplo, problemas mentais, separação, uso de drogas, prisão dos pais, negligência, abandono, abuso sexual, prostituição, maus tratos, entre outros. Nesses casos, as famílias se encontram impossibilitadas de cuidar dos filhos. Isso advém da falta de condições básicas, condição essa que reproduzem geração após geração, para uma grande parte de famílias brasileiras, onde ocorrem inúmeras violações de seus direitos (Guirado, 2004; Rizzini; Rizzini, 2004).

Ainda que a ausência de condições financeiras não seja causa para o acolhimento institucional (art. 23, do ECA), Fávero (2007) destaca que a ausência de recursos financeiros ainda é fator preponderante na retirada de crianças e adolescentes de suas famílias naturais. Não raras são as situações de crianças e adolescentes acolhidos porque seus pais não possuem condições financeiras suficientes para garantir direitos mínimos.

Segundo Levantamento Nacional de Abrigos realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2004, p.17) a maioria absoluta das crianças e adolescentes abrigados, têm família (86,7%) e o motivo mais citado para estarem em abrigos foi a pobreza (24,2%). Destacam-se, ainda, outros motivos: abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%) dependência química dos pais e responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), vivência de rua (7%) e orfandade (5,2%). Este Levantamento revela que o fator de carência de recursos materiais da família (24,2%) ainda constitui umas das causas principais para acolhimento institucional no país, o que está na contramão do senso social e da própria legislação.

Se a família não possui condições econômicas de garantir alimentação adequada, lazer, educação, saúde, caberia ao Estado fornecer meios de autonomia financeira familiar ao invés de acolher uma criança e retirá-la do seio de sua família. A perspectiva da pobreza em si não deveria ser motivo para o acolhimento institucional. Sua ocorrência se dá pela ausência de um acompanhamento social estatal, que vem conduzindo a sérias situações de injustiça (FÁVERO, 2007). Os fatores que levaram à pobreza é que deveriam estar sendo enfrentados, de forma que, o acolhimento institucional, se vier a ocorrer, pudesse estar melhor estruturado para o atendimento da demanda psicossocial e emocional das crianças e adolescentes.

De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE de 2018, a extrema pobreza aumentou no Brasil, chegando a 13,5 milhões de pessoas, que sobrevivem com renda mensal per capita de até 145 reais, um recorde em sete anos. O percentual de pessoas na extrema pobreza atingiu, em 2018, 6,5% da população brasileira, maior patamar desde o início da pesquisa em 2012. A pobreza atingiu sobretudo a população preta ou parda, que representava 72,7% dos pobres. Em números absolutos, representa 38,1 milhões de pessoas.

De acordo com Alencar (2011), desde o ano de 2019, as famílias vêm sendo cada vez mais solicitadas a serem "protagonistas" de diversos programas sociais, sendo as mesmas responsabilizadas pelos cuidados com seus membros e, ainda, como as responsáveis pelo combate à pobreza e à miséria. No entanto, a respeito dessa revalorização da família no âmbito de desenvolvimento das políticas sociais, deve-se questionar quais são as reais possibilidades de a família operar como fator de proteção social?

Ou seja, o Estado culpabiliza as famílias e seus membros pela condição em que se encontram, não levando em conta os determinantes psicológicos, sociais e econômicos que afetam as famílias, como fruto de um modelo de desenvolvimento desigual. Nesse sentido, Campos e Teixeira, citados por Horst (2018, p.33) destacam: “As famílias que detêm melhores rendas conseguem acessar serviços, enquanto as famílias pobres precisam, junto das organizações da sociedade civil, desempenhar funções de proteção”.

Portanto, a pobreza e a miséria são decorrentes da omissão do Estado, na ausência de políticas sociais e de ações focalizadas que deveriam ser ofertadas em situações extremas a uma parcela da sociedade. Esse modelo econômico, periférico e dependente não prioriza a efetivação de políticas sociais, que tenham como foco a redução das desigualdades.

De acordo com Netto (2011), a intervenção estatal vem se dando de forma fragmentada sem considerar a totalidade. A fome, o desemprego, a carência habitacional, a falta de escola, dentre outras carências, não deveria ser entendida como problemática particular das famílias.

Estas considerações motivaram a realização do presente estudo, que se preocupou em buscar informações acerca da permanência ou não das mesmas problemáticas em torno da institucionalização de crianças e adolescentes, quais aprofundamentos veem ocorrendo e sob quais perspectivas teóricas. A questão que guiou o presente estudo foi: quais as temáticas e suas respectivas abordagens acerca da institucionalização de crianças e adolescentes nos anos de 2012 a 2022 veem sendo pesquisadas?

O objetivo do presente estudo foi, portanto, apresentar o estado da arte da produção científica sobre a institucionalização de crianças e adolescentes. Especificamente visou sistematizar as produções científicas que dialogassem com a temática; descrever os dados das produções selecionadas e analisar os conteúdos abordados nos estudos.

Para tal, foi realizada uma revisão sistemática de literatura como procedimento metodológico, tendo os dados sido coletados por meio do levantamento das produções científicas preferencialmente a língua inglesa, por ser considerado o idioma mais aceito internacionalmente para artigos científicos, mas, artigos relevantes encontrados em outros idiomas também serão considerados, que dialoguem de alguma forma com a temática.

## 2. MÉTODO

O presente estudo trata de uma pesquisa teórica, realizada no formato de revisão sistemática de literatura, que inclui estudos acerca de uma temática específica (Ato; Lopes;

Benevante, 2013), por meio da aplicação de métodos sistematizados na busca, análise e resultados da seleção (SAMPAIO; MANCINI, 2007). Nesse sentido, esta pesquisa seguiu o Search Protocol (Saur – Amaral 2010), cujos componentes são: objetivo; âmbito (bases de dados); equações da pesquisa (descritores); aspectos técnicos (filtros para seleção); critérios de inclusão e exclusão; e de validade metodológica (dupla checagem, verificação de critérios de inclusão e exclusão); resultados (descrever e registrar os passos da pesquisa).

O processo de busca para a realização do levantamento da produção acadêmica foi realizado em setembro de 2022 e atualizado em fevereiro de 2023, tendo como critérios de inclusão e exclusão as bases de dados e descritores a seguir:

a) Inclusão (I): foram considerados os artigos que tratavam do acolhimento institucional de crianças e adolescentes; de fatores que levam a institucionalização de crianças e adolescentes; das causas da institucionalização de crianças e adolescentes abrigada.

b) Exclusão (E): foram excluídos artigos de revisão de literatura; os trabalhos que apareceram em mais de uma base de pesquisa, passando a contabilizar apenas uma vez cada trabalho; artigos que não tratam de institucionalização de crianças e adolescentes; artigos que tratavam da institucionalização de pessoas maiores de 18 anos; artigo e-ou resumo não disponível;

c) Bases de Dados: As buscas de evidências foram realizadas em bases de dados bibliográficas eletrônicas: SciELO (Scientific Electronic Library Online), EBSCO host (EBSCO host Information Services) e Medline (Medical Literature Analysis and Retrieval System Online). As bases foram eleitas por indexarem uma grande parte da produção acadêmica disponibilizada on-line e por apreenderem aspectos relacionados à institucionalização de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade;

d) Descritores: Os descritores foram identificados por estarem relacionados ao tema e à pergunta de pesquisa, sendo eles: *children or adolescent*, *Shelter*; *institutional shelter*. De modo geral, a *string* utilizada foi: "children or adolescent" and "institutional shelter" and "shelter" [(children OR adolescent) AND (institutional shelter) AND ( shelter)]. Utilização de aspas em termos compostos para recuperação de registros que continham as palavras juntas, inclusão do operador booleano AND com o objetivo de restringir a pesquisa por meio da combinação de termos.

As buscas foram feitas no site de periódicos da Capes, seguindo o seguinte procedimento: selecionou-se a opção: “acervo”; - “lista de bases” – “busca por título” – “scielo.org”. Utilizou-se a *String*: ""children or adolescent" and " institutional shelter" and " shelter". Como critério, utilizou-se “Todos os índices”. Não houve limitação de idiomas. Em

filtros - Idiomas – escolheu-se: Todos. Num primeiro momento não houve restrição ao ano de publicação, para que se tivesse uma busca ampla de tudo o que vem sendo estudado sobre a temática. Tipo de Literatura – Artigo.

Na base de dados da *Scielo*, foi encontrado 01 artigo; na base de dados EBSCO host foram encontrados 1050 artigos. Na base de dados Medline foram encontrados 1300 artigos.

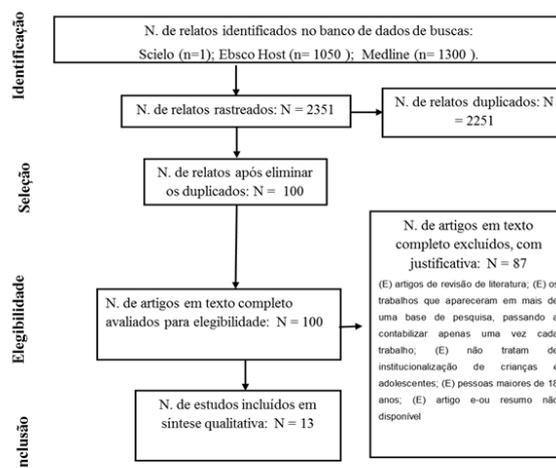
Após a busca, os resultados de todas as bases serão organizados com o suporte do Software StArt (State of the Art Trough Sistematic Review) uma ferramenta desenvolvida pelo Laboratório de Pesquisa em Engenharia de Software (LaPES), da Universidade Federal de São Carlos (LaPES UFSCar, 2017). A ferramenta contempla as três etapas da revisão sistemática: planejamento, execução e sumarização, englobando os processos de filtragem, extração de conteúdo das publicações.

Os artigos duplicados foram removidos. Foi realizada uma triagem dos artigos pela leitura do título e do resumo. A triagem foi realizada por dupla de revisores, de forma independente. As discordâncias foram resolvidas por consenso entre os revisores.

Os resultados das buscas, assim como todo o processo de seleção e elegibilidade dos estudos, incluídos ou excluídos, na revisão serão apresentados por meio de um fluxograma. A síntese, as interpretações e as discussões dos dados serão apresentadas em tópicos específicos que compõem a revisão sistemática.

## 2.1. SELEÇÃO DOS ESTUDOS

**FIGURA A – FLUXOGRAMA DA REVISÃO SISTEMÁTICA**



De acordo com o que se apresenta no fluxograma acima, cujas pesquisas estão relacionadas com a temática foram encontrados 2351 artigos, sendo realizado um refinamento

em pesquisa por meio do qual foram excluídos os textos duplos (2251) ou aqueles cujos títulos e resumos não estivessem dentro dos critérios de elegibilidade.

Após a exclusão dos artigos duplicados restaram 100 artigos aos quais foram aplicados os critérios de elegibilidade, com base nos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Houve com isso, a exclusão de 87 artigos que não atendiam aos critérios de inclusão. Foram selecionados 13 artigos que constituíram o corpus definitivo desta pesquisa.

Para a sistematização e análise dos conteúdos, foram utilizadas técnicas de análise de conteúdo. De acordo com Bardin (2002), a análise de conteúdo é um método investigativo composto por um conjunto de técnicas de análise das comunicações que faz uso de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A validade metodológica que garante a confiabilidade do presente estudo foi embasada na fidedignidade das informações consultadas, bases de dados e levantamento de dados considerando os critérios pré-estabelecidos de inclusão e exclusão rigorosamente respeitados e forma de levantamento de dados bibliográficos padronizada. Apesar de o procedimento metodológico descrito ter sido rigorosamente seguido, algum estudo pode não ter sido identificado em virtude da delimitação dos descritores e/ou das bases de dados.

Os dados foram obtidos foram processados no software IRAMUTEQ e analisados pela nuvem de palavra. A análise por meio de nuvem de palavras mostra um conjunto de palavras agrupadas, organizadas em forma de nuvem. As palavras são apresentadas com tamanhos diferentes, ou seja, as palavras maiores são aquelas que detêm maior importância no corpus textual. É uma análise lexical mais simples, porém, bastante interessante, na medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chaves de um corpus, ou seja, uma visualização rápida do corpus conteúdo, pois as palavras mais importantes estão mais próximas do centro e exibe graficamente escritas em fonte maior (Souza, 2018).

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dos 13 artigos que constituíram o corpus desta pesquisa, foram extraídas as seguintes informações: Identificação do artigo; Autor; Tamanho do estudo; Principais resultados (Quadro 1. Ficha para extração dos dados).

#### Quadro 1. Ficha para extração dos dados

Identificação do artigo	Tamanho do estudo	Principais resultados
1. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a	81 Guias de	Os dados apontam

reinstucionalização <b>Autores:</b> Ilana Lemos de Paiva; Tabita Aija Silva Moreira; Amanda de Medeiros Lima.	Acolhimento	que a reinstucionalização possui forte relação com a situação de pobreza e ausência de políticas públicas efetivas para o acompanhamento das famílias.
2. 'Encontrá-los onde eles estão': Uma nota prática sobre a implementação da Intervenção de Estresse Traumático com Crianças e Famílias em um abrigo de emergência familiar para sem-teto. <b>Autores:</b> Sean E. Snyder; Katharine Wenocur	Estudo de caso: James é um menino de 9 anos de idade	O abrigo de emergência pode ser um ambiente viável, a uma população com maior risco. - levou à falta de moradia, James havia testemunhado violência na comunidade em várias ocasiões, já que seu bairro era conhecido por ter tráfico de drogas frequente.
3. A Community outreach Programe: Teacher training at the University of Durban-Westville <b>Autores:</b> Cheryl Smith	35 meninos que vivem em um abrigo de rua.	Terríveis condições de pobreza levaram milhares de crianças a abandonarem as suas casas.
4. A Revelação de Abuso Sexual: As Medidas Adotadas pela Rede de Apoio <b>Autores:</b> Luísa Fernanda Habigzang; Michele da Silva Ramos; Sílvia Helena Koller	40 meninas	O abrigamento das vítimas é ainda uma medida frequentemente adotada e a impunidade dos agressores um fato comum.
5. Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas <b>Autores:</b> Caroline Magna Pessoa Chaves, Francisca Elisângela Teixeira Lima, Larissa Bento de Araújo Mendonça, Ires Lopes Custódio, Érica Oliveira Matias.	44 crianças	Esses dados comprovam que essas crianças são oriundas de uma camada frágil da população e que vivenciaram situações de risco para o seu crescimento e desenvolvimento físico, mental e social.
6. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar <b>Autores:</b> Ruth Irmgard Bärtschi GABATZb, Stela Maris de Mello PADOINc, Eliane Tatsch NEVESc, Marlene Gomes	Quatro crianças, com idades entre 8 e 11	Somados à reprodução das experiências de violência, os fatores

TERRAc	anos.	identificados como atuantes para a ocorrência das situações de maus tratos são a ordem macroestrutural relacionada às precárias condições socioeconômicas como fome, desemprego miséria.
7. Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico <b>Autores:</b> Karina Jorgino Giacomello ; Luciana de Lione Melo	Três crianças	Os resultados permitem concluir que a condição de saúde das crianças traduz as situações de privação material e emocional a que foram submetidas no convívio com a família e ao longo de sua permanência no abrigo;
8. Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica <b>Autores:</b> Lília Iêda Chaves Cavalcante Celina Maria Colino Magalhães Fernando Augusto Ramos Pontes	287 crianças	Pobreza, desagregação familiar e consumo abusivo de álcool e outras drogas por cuidadores primários.
9. Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP <b>Autores:</b> Maria das Graças Carvalho Ferrianil, Aline Paiva Bertolucci, Marta Angélica Iossi Silva	40 abrigados	Evidenciamos que inúmeras crianças e adolescentes permanecem convivendo com a negação de seus direitos e valores universais, ou seja, a liberdade, a igualdade e a vida, característica de sociedades como a nossa, onde a desigualdade social é profundamente marcada entre a classe mais rica e a mais pobre e, portanto pela dominação de uma pela outra e pela violência que ocorre nas relações interpessoais entre o adulto e a criança;
10. Existir de crianças com aids em casa de apoio: compreensões à luz da enfermagem humanística	3 crianças	A análise da história de vida

<b>Autores:</b> Hilda Maria Freitas MEDEIROS Maria da Graça Corso da MOTTA		dessas famílias revelou que a desintegração do núcleo familiar devia-se não apenas à AIDS, mas, à pobreza, à vida em favela, à migração, ao tráfico e consumo de drogas, à morte violenta e à incapacidade dos pais de cuidar dos próprios filhos.
<b>11.</b> A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas <b>Autores:</b> Lucia Helena Garcia Penna, Joana Iabrudi Carinhonha, Vilma Villar Martins, Gleice da Silva Fernandes	10 adolescentes	A maioria das adolescentes tem história de vida nas ruas, uso de drogas e de violência intrafamiliar e/ou comunitária, além de laços familiares fragilizados.
<b>12.</b> . A rua: um acolhimento falaz as crianças e que nela vivem <b>Autores:</b> Moneda Oliveira Ribeiro	14 crianças	As crianças apresentaram duas razões principais que as levaram a fugir de casa e recorrerem à rua: por serem vítimas de maus-tratos em sua casa ou por necessitarem suprir carências decorrentes de sua condição socioeconômica
<b>13.</b> Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil. <b>Autores:</b> Adriana Pedreira Botelho; Mayara Cristina Muniz Bastos Moraes; Ligia Costa Leite.	30 adolescentes	Histórias de vida nas ruas usam de drogas e de violência intrafamiliar e/ ou comunitária. Apresentava precariedade financeira, instabilidade/ fragilidade/ rompimento dos vínculos sociofamiliares, enfrentando grandes dificuldades para o restabelecimento dos laços sociais, ou seja, para sua reafiliação à sociedade.

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Na presente revisão sistemática, os estudos foram realizados nos seguintes países: Estados Unidos (centro-oeste), África do Sul e Brasil (regiões norte, nordeste, sudeste e sul). Dentre os artigos selecionados 11(onze) estudos são no Brasil, 1(um) estudo sobre abrigo emergencial para famílias em situação de rua na região centro-oeste dos Estados Unidos e 1(um) estudo da África do Sul sobre meninos que vivem em um abrigo de rua. Nestes países onde os estudos foram desenvolvidos percebe-se como similaridade que terríveis condições de pobreza levaram crianças e adolescentes a abandonarem as suas casas, onde muitas vezes o abrigo de emergência tornou-se um ambiente viável a uma população com maior risco. Portanto, assim como afirma Fávero (2007), a ausência de recursos financeiros ainda é fator preponderante para a institucionalização de crianças e adolescentes, uma vez que seus pais não possuem condições financeiras suficientes para garantir direitos mínimos.

Dos estudos apontados no Quadro 1, Paiva et al. (2019), analisaram a trajetória de reinstitucionalização de crianças e adolescentes em Serviços de Acolhimento. Os resultados apontaram que a reinstitucionalização possui forte relação com a situação de pobreza e ausência de políticas públicas efetivas para o acompanhamento das famílias. Estes autores apontaram que os principais motivos apontados para o novo acolhimento foram negligência (35,8%); abandono dos pais ou responsáveis (32,1%); dependência química dos pais ou responsáveis (29,6%); situação de rua da criança ou adolescente (29,6%). Snyder e Wenocur (2022) discutiram a implementação de em um abrigo familiar de emergência em uma grande área urbana no estado da Pensilvânia / Estados Unidos, que abrigava muitas famílias, em que um dos membros sofreram violência por parceiro íntimo, pessoas com história dos pais de situação de rua. Neste estudo de caso a falta de moradia levou a criança ao abrigo. Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009), constataram que 49,47% das crianças encaminhadas para o abrigo apresentavam doenças, deficiências e lesões corporais que poderiam estar associados à situação de pobreza e a negligência familiar. A condição de saúde destas crianças traduzia as situações de privação material e emocional a que foram submetidas. Cheryl (2000), aponta em seu estudo sobre crianças em situação de rua em muitos países do terceiro mundo, incluindo a África do Sul, são vítimas de uma desorganização social generalizada e de uma fragmentação familiar. Viviam sob terríveis condições de pobreza, o que levaram milhares a abandonarem as suas casas. A maioria dos meninos no abrigo foram expostos à violência, abuso e negligência.

Pode-se destacar como convergências nestas pesquisas, que as crianças institucionalizadas são oriundas de famílias com renda, moradia e escolaridade precárias,

ficando expostas, por vezes, desde o nascimento, a toda sorte de privações e maus-tratos. A maioria das crianças e adolescentes tem história de vida nas ruas, uso de drogas e de violência intrafamiliar e/ou comunitária, além de laços familiares fragilizados. Torna-se necessário compreender que a pobreza deixa os sujeitos mais vulneráveis à situação de risco, à exploração, ao abandono. Por isso, na maioria das famílias em que ocorre o acolhimento / institucionalização, pode ser constatada a situação de pobreza, em que está intrínseca, “[...] um conjunto de ausência relacionada à renda, educação, trabalho, moradia e rede familiar de apoio”, como afirma Fávero (2001, p. 79). O estudo de Chaves *et al* (2013), demonstraram que as crianças institucionalizadas são oriundas de uma camada frágil e que vivenciaram situações de risco para o seu crescimento e desenvolvimento físico, mental e social. Para as autoras, essas crianças viviam em ambientes inapropriados, marcados pela violência e pela ausência de cuidados, em condições socioeconômicas desfavoráveis, que comprometia o seu desenvolvimento integral. Ribeiro (2003), ao analisar as crianças que vivem nas ruas, evidenciou que a violência permeava suas vidas. As crianças apresentavam duas razões principais que as levaram a fugir de casa e se tornarem moradoras de rua: serem vítimas de maus-tratos em sua casa ou necessitarem suprir carências decorrentes de sua condição socioeconômica. De acordo com a autora, a rua representa um refúgio para as crianças que procedem de uma família carente de recursos e para as que têm história de maus-tratos pela família.

Ribeiro (2003); Botelho, Morais e Leite (20019); Penna *et al* (2012); Ferriani, Bertolucci e Silva (2008); Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009); Gabatz *et al* (2010); Chaves *et al* (2013); Piava, Moreira e Lima (2019), estes autores discutem a institucionalização em diferentes regiões do Brasil, e em todas os trabalhos retratam a precariedade financeira, a instabilidade e rompimento dos vínculos sociofamiliares devido a diferentes tipos de violências como principais fatores que levam essas crianças e adolescentes as ruas e a institucionalização. O consumo abusivo de álcool e outras drogas também são apontados como causas da institucionalização de crianças e adolescentes. Segundo Cavalcante, Magalhães e Pontes (2009), crianças institucionalizadas são oriundas geralmente de famílias com renda, moradia e escolaridade precárias, ficando expostas, por vezes desde o nascimento, a toda sorte de privações e maus-tratos nos primeiros seis anos de vida. Onde a pobreza, desagregação familiar e consumo abusivo de álcool e outras drogas por cuidadores primários tornam o abrigo de emergência um ambiente viável, a esta população com maior risco (Snyder e Wenocur, 2022).

Para, além disso, outra causa de institucionalização de crianças e adolescentes é o abuso sexual. Nos estudos de Habigzang, Ramos e Koller (2011), verificou-se que o abuso sexual ocorreu no contexto familiar em 30 casos (75%), fora do contexto familiar em seis casos (15%) e em quatro casos (10%) as meninas foram vitimizadas por familiares e vizinhos. Verificou-se que, 40% dos agressores utilizavam álcool ou drogas e em 40% dos casos havia situação de desemprego familiar. Apenas 20% dos agressores foram punidos criminalmente. Em situações como esta, o abrigo das vítimas é ainda uma medida frequentemente adotada e a impunidade dos agressores um fato comum. O abrigo ocorreu em 35% dos casos e o restante permaneceu com a família que afastou o agressor. Para Dalgarrondo (2008), a exposição do indivíduo e dos seus familiares a situações de risco social pode levar estes indivíduos ao uso de psicoativos.

O uso de drogas e o desemprego são considerados fatores de risco na família. Foram analisados fatores de risco no contexto familiar que contribuíram para o abuso sexual. Verificou-se que o uso de álcool ou drogas e situação de desemprego familiar (Habigzang, Ramos e Koller, 2011). Segundo as autoras, o abrigo das vítimas de abuso sexual é ainda uma medida frequentemente adotada e a impunidade dos agressores um fato comum.

O alto índice de abrigo e o não acompanhamento efetivo do afastamento do agressor representaram fatores de risco (Habigzang, Ramos e Koller, 2011). Estes dados apontam que a rede de apoio social e afetiva ainda apresenta significativas dificuldades para desempenhar medidas protetivas que garantam a saúde e o bem-estar das crianças e adolescentes.

Em relação aos estudos desenvolvidos no Brasil, a discussão que perpassa todas as temáticas é similar. Todos os artigos abordam histórias de vida nas ruas, uso de drogas e de violência intrafamiliar e/ou comunitária. Além disso, estes estudos apontam a fragilidade dos vínculos sociofamiliares e a precariedade financeira, enfrentando grandes dificuldades para o restabelecimento dos laços sociais. Os estudos demonstraram que a reinstitucionalização possui forte relação com a situação de pobreza e ausência de políticas públicas efetivas para o acompanhamento das famílias. (Quadro 1).

Os estudos desenvolvidos na África e nos Estados Unidos, também retratam que a institucionalização se torna uma alternativa viável para uma população com maior risco. Devido à desorganização social generalizada e de uma fragmentação familiar, crianças que estão expostas a situações de violências, terríveis condições de pobreza acabam buscando refúgio nos abrigos. Assim como no Brasil, estes países apontam a ausência de serviços especializados projetados para atender às necessidades das famílias mais vulneráveis.



As palavras em destaque apontam como principais motivos para o acolhimento institucional: o abandono pelos pais ou responsáveis, a violência, a pobreza, o alcoolismo, dependência química, a orfandade, entre outros.

Os artigos apontam que a institucionalização é caracterizada como uma combinação de causas e que durante a trajetória familiar, esses fatores estiveram interligados e ocasionaram o rompimento da já fragilizada organização familiar. A associação de diferentes elementos culminou no afastamento da criança/adolescente do ambiente familiar como medida protetiva.

No Levantamento Nacional de acolhimento, foram observados dados semelhantes para a institucionalização de crianças e adolescentes. Segundo Levantamento Nacional de Abrigos realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2004), destacam-se como principais motivos para o acolhimento institucional: abandono (18,9%), violência doméstica (11,7%) dependência química dos pais e responsáveis, incluindo alcoolismo (11,4%), vivência de rua (7%) e orfandade (5,2%). o que corrobora com os resultados do presente estudo ao apontarem que a institucionalização é caracterizada como uma combinação de fatores.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) surge como uma importante ferramenta para orientar o novo paradigma de atendimento às crianças e aos adolescentes. O ECA estabelece que a criança e o adolescente têm prioridade em receber proteção e atenção em todas as circunstâncias, orientando assim todas as decisões e políticas relacionadas a eles. Isso significa que os interesses e o bem-estar desses indivíduos devem estar em primeiro lugar, em todas as áreas da sociedade, desde as políticas públicas até a ação individual. Este princípio visa garantir que as crianças tenham acesso às condições adequadas para seu pleno desenvolvimento.

As mudanças políticas e legais formuladas pelo ECA fizeram com que as famílias começassem a ter sua conduta avaliada e, nos casos de desacordo com as normas legais preestabelecidas, penalizações começariam a ser aplicadas, entre as quais, em último caso, acolhimento institucional de crianças e adolescentes. O acolhimento institucional é regido por uma série de diretrizes fundamentadas em parâmetros legais e técnicos.

No entanto, considerando os artigos que compuseram o presente estudo, acerca da institucionalização de crianças e adolescentes, apontam ainda para práticas desconectadas da realidade social das famílias das crianças acolhidas. Essa desconexão entre as práticas podem surgir devido à falta de compreensão das situações enfrentadas pelas famílias e dos contextos

---

sociais em que vivem com abordagens padronizadas que não levam em consideração as circunstâncias individuais de cada família e a escassez de intervenção preventiva, como apoio adequado para famílias em dificuldades.

O atendimento das instituições ainda é, assim, contraditório, já que as situações de vulnerabilidade das suas famílias, em geral, motivadoras do acolhimento não são superadas. Este contexto facilita a ocorrência de processos de reinstitucionalização de crianças ou adolescentes. Nessa perspectiva, os estudos consideram que inserção familiar é mais do que o retorno da criança ou adolescente para casa, ela precisa envolver a construção de estratégias que permitam a família superar os motivos que provocaram a institucionalização.

Contudo não se pode perder de vista que as condutas das famílias também estão sujeitas à influência de fatores externos como a pobreza. Desse modo, o Estado também pode ter parte da responsabilidade pelos acolhimentos que realiza. O papel do Estado deve ser de promover e garantir recursos para que as famílias não fiquem desamparadas e tenham o mínimo de estrutura para cuidar de seus filhos.

Os artigos apontam ainda para a necessidade de os pesquisadores conhecerem mais profundamente a problemática que envolve a dependência de álcool e outras drogas e classe social, principalmente pelos poucos estudos desenvolvidos na temática localizados nessa pesquisa. E também sinaliza para a complexidade do fenômeno, o que vem ao encontro do descrito por Dalgalarondo (2008), que apresenta como uma das consequências do uso de psicoativos, a exposição do indivíduo e dos seus familiares em situações de risco social.

Sendo assim, percebemos a permanência das mesmas problemáticas em torno da institucionalização de crianças e adolescentes. Os dados indicam que a reinstitucionalização possui ainda forte relação com a situação de pobreza e ausência de políticas públicas efetivas para o acompanhamento das famílias.

Evidenciamos, portanto, que inúmeras crianças e adolescentes ainda permanecem convivendo com a negação de seus direitos e valores universais, ou seja, a liberdade, a igualdade e a vida, característica de sociedades como a nossa, marcada pela desigualdade social. Se faz necessário que esforços contínuos sejam envidados para garantir que este público, tenha acesso às garantias fundamentais de existência e de uma vida digna, independentemente do nível socioeconômico, e possam vir a desfrutar desses direitos fundamentais.

Os resultados encontrados na presente pesquisa fortalecem as discussões acerca do papel da pobreza enquanto fator definidor do aumento da vulnerabilidade social das famílias,

assim como de potencializador de outros fatores de risco subsequentes, como o abandono, a violência e a negligência. A pobreza, portanto, é um dos fatores principais a ser combatido enquanto instrumento limitante para que as famílias possam atender a necessidades básicas, como alimentação adequada, moradia decente, educação e assistência médica, assim como, por consequência, uma condição que dificulta o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, aumentando sua vulnerabilidade a riscos.

Considerando as questões aqui apresentadas, a institucionalização pode ser também sinônima de preservação e proteção, ancorada na segregação do meio familiar. Cabe destacar que, ainda hoje é possível perceber os resquícios desse passado tão presente, em que um dos principais motivos para a colocação da criança em situação de acolhimento permanece vinculado à pobreza. No entanto, consideramos que a simples retirada da criança do âmbito familiar não soluciona os problemas, porque essa medida não vem acompanhada das demais políticas públicas que garantam proteção a essas famílias. A solução do problema depende, principalmente, da implementação de políticas públicas que têm como foco a reestruturação das condições de vida das famílias em situação de risco.

Apontam-se como limitações do estudo a escolha e a combinação de descritores e das bases de dados, que podem ter limitado os resultados. Outras limitações se relacionam ao não acesso a artigos que não estavam disponíveis.

## REFERÊNCIAS

- ABRINQ. **Cenário da infância e adolescência do Brasil 2019**. Eros Camel: 2019.
- Botelho AP, Moraes MC, Leite LC. Violências e riscos psicossociais: narrativas de adolescentes abrigados em Unidades de Acolhimento do Rio de Janeiro, Brasil [Violence and psychosocial risks: narratives of adolescents living in shelters in Rio de Janeiro, Brazil]. **Cien Saude Colet**. 2015 Jan;20(1):7-16. Portuguese. doi: 10.1590/1413-81232014201.18112013. PMID: 25650593.
- ALENCAR, Mônica. Maria. Torres. Família, Trabalho e Reprodução Social: limites na realidade brasileira. DUARTE, M. J. O; ALENCAR, M. M. T. (orgs.). **Família e Famílias: práticas sociais e conversações contemporâneas**. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (**CONANDA**). Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 julho 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 20 junho 2022.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária**. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Lei Orgânica da Assistência Social**, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social — PNAS**. Brasília, 2004. \_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social NOB/Suas. Brasília, 2005.

BRASIL. **Conselho Nacional de Justiça –CNJ**. Disponível em: <[www.cnj.jus.br/cnca/publico](http://www.cnj.jus.br/cnca/publico)> Acesso em: 11 dez 2022.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino ; PONTES, Fernando Augusto Ramos. Processos de saúde e doença entre crianças institucionalizadas: uma visão ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2009, v. 14, n. 2 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 615-625. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200030>>. Epub 03 Fev. 2009. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000200030>.

CHAVES, Caroline Magna Pessoa et al. Avaliação do crescimento e desenvolvimento de crianças institucionalizadas. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2013, v. 66, n. 5 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 668-674. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000500005>>. Epub 06 Nov. 2013. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672013000500005>.

CHERYL Smith. A Community Outreach Programme: Teacher training at the University of Durban-Westville, **Educational Review**. 2000, 52:1, 5-12, DOI: [10.1080/00131910097360](https://doi.org/10.1080/00131910097360).

DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**, 2ª Ed. Artmed, 2008. Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>. acesso em: 19 junho 2023.

FÁVERO, E. T. (Coord.). **Perda do pátrio poder**: aproximações a um estudo socioeconômico. São Paulo: Veras Editora, 2001.

FÁVERO, Eunice Teresinha. **Questão social e perda do poder familiar**. São Paulo: Veras, 2007.

FERRIANI, Maria das Graças Carvalho; BERTOLUCCI, Aline Paiva ; SILVA, Marta Angélica Iossi. Assistência em saúde às crianças e adolescentes abrigados em Ribeirão Preto, SP. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 2008, v. 61, n. 3 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 342-348. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000300011>>. Epub 25 Jun. 2008. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000300011>.

GABATZ, Ruth Irmgard Bärtschi et al. Fatores relacionados à institucionalização: perspectivas de crianças vítimas de violência intrafamiliar. **Revista Gaúcha de Enfermagem** [online]. 2010, v. 31, n. 4 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 670-677. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000400009>>. Epub 03 Jun. 2011. ISSN 1983-1447. <https://doi.org/10.1590/S1983-14472010000400009>.

GIACOMELLO, Karina Jorgino; MELO, Luciana de Lione. Do faz de conta à realidade: compreendendo o brincar de crianças institucionalizadas vítimas de violência por meio do brinquedo terapêutico. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. 2011, v. 16, suppl 1 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 1571-1580. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700093>>. Epub 06 Abr. 2011. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000700093>.

GUIRADO, Marlene. (2004). **Instituição e relações afetivas: O vínculo com o abandono**. São Paulo: Casa do Psicólogo.

HABIGZANG, Luísa Fernanda; RAMOS, Michele da Silva; KOLLER, Sílvia Helena. A revelação de abuso sexual: as medidas adotadas pela rede de apoio. **Psicologia: Teoria e Pesquisa** [online]. 2011, v. 27, n. 4 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 467-473. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>>. Epub 12 Jan 2012. ISSN 1806-3446. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000400010>.

HORST, C. H. M. Transformações Societárias e Impactos nas Famílias: Diversidade Familiar ou Desestruturação Familiar?. In: Maria Lúcia Teixeira Garcia; Mirian C. V. Basílio Denadai. (Org.). **Família, Saúde Mental e Política de Drogas - Temas Contemporâneos**. 1ed. São Paulo: Annablume Editora, 2018, v. 1, p. 13-41.

IBGE. (2017). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 28/04/2022.

IBGE. (2019). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=resultados>. Acesso em: 28/04/2022.

IBGE. (2021). Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/736783717803cba71ec0b3a6e77fc7e9.pdf> Acesso em: 07/03/2023.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2004.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2008.

MEDEIROS, Hilda Maria Freitas, MOTTA, Maria Da Graça Corso Da. Existir de crianças com AIDS em casa de apoio: compreensões à luz da enfermagem humanística [HIV/AIDS children living in shelters under the perspective of humanistic nursing]. **Rev. Gaúcha Enferm.** 2008 Sep;29(3):400-7. Portuguese. PMID: 19068576.

NEGRÃO, Adriane Vasti Gonçalves. **Acolhimento Institucional em tempos de mudança: uma questão em análise**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2011.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. Ed. São Paulo. Cortez, 2011.

PAIVA, Ilana Lemos de; MOREIRA, Tabita Aija Silva; LIMA, Amanda de Medeiros. Acolhimento Institucional: famílias de origem e a reinstitucionalização / Institutional shelter: families of origin and re-institutionalization. **Revista Direito e Práxis**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 1405-1429, jun. 2019. ISSN 2179-8966. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/40414>>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PENNA, Lucia Helena Garcia; CARINHANHA, Joana Iabrudi; MARTINS, Vilma Villar; FERNANDES, Gleice da Silva. Motherhood in the shelter context: the perspectives of sheltered adolescents. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, [S. l.], v. 46, n. 3, p. 544-548, 2012. DOI: 10.1590/S0080-62342012000300003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/reeusp/article/view/40979>. Acesso em: 11 dec. 2022.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo (Org.). **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. v. 1.

Ribeiro, Moneda Oliveira. A rua: um acolhimento fala às crianças que nela vivem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online]. 2003, v. 11, n. 5 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 622-629. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000500009>>. Epub 13 Jul. 2004. ISSN 1518-8345. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000500009>.

Rizzini, Irene; Rizzini, Irma. (2004). **A institucionalização de crianças no Brasil**. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

SNYDER, Sean. E; WENOCUR, Katharine. (2022). 'Meeting them where they are at': A practice note on implementation of the Child and Family Traumatic Stress Intervention in an emergency family homeless shelter. **Child & Family Social Work**, 1–9. <https://doi.org/10.1111/cfs.12962>

Souza MAR, Wall ML, Thuler ACMC, Lowen IMV, Peres AM. The use of IRAMUTEQ software for data analysis in qualitative research. **Rev Esc Enferm USP**. 2018;52:e03353. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2017015003353>.

TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian; RIVERO, Nelson Estamado. Políticas públicas e modos de viver: a produção de sentidos sobre vulnerabilidade. In: CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Org.). **Políticas públicas e assistência social: dialogo com as práticas psicológicas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 56-68.

UFSCAR. **Software StArt** (State of the art trough Sistematic Review). 2013. Disponível em: <http://lapes.dc.ufscar.br/ferramentas/start-tool> > Acesso em: 11 dez. 2022.